

Depoimentos estavam agendados para novembro, mas foram cancelados em função de liminares. Na nova data, o Ministério Público vai ouvir seis dos 12 suspeitos de integrar uma rede de corrupção no BRB

Acusados vão depor apenas em março

Adauto Cruz/CB - 21/6/07



O PROMOTOR SÉRGIO BRUNO ACREDITA QUE É PEQUENA A POSSIBILIDADE DE OS ACUSADOS CONSEGUIREM LEVAR O PROCESSO PARA O STF

LILIAN TAHAN
DA EQUIPE DO CORREIO

A Justiça remarcou o período de depoimentos dos acusados na segunda denúncia da Operação Aquarela. As primeiras dadas em novembro foram canceladas em função de liminares que suspenderam os interrogatórios. Nove suspeitos de integrar uma rede de corrupção no Banco de Brasília (BRB) entraram com recursos para pedir acesso às informações referentes à quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico presentes no processo que corre em segredo de justiça. A turma criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal negou a liberação das informações. Com a decisão, as

“
AS ESCUTAS TELEFÔNICAS NÃO FORAM USADAS NO CORPO DA DENÚNCIA EM QUESTÃO, MAS SERVIRAM DE BASE PARA AS PRISÕES TEMPORÁRIAS
”

Promotor Sérgio Bruno
Fernandes, do
Ministério Público

audiências na 1ª Vara Criminal do DF foram novamente agendadas.

Os depoimentos da Aquarela começam entre os dias 21 e 5 de março. No período, serão ouvidos seis dos 12 acusados de participar de desvios de recursos do BRB. O Ministério Público acusa o grupo de peculato — corrupção na administração pública, lavagem de dinheiro e dispensa irregular de licitação. Segundo o processo, ex-dirigentes da instituição, em comum acordo com donos de organizações não-governamentais de fachada, montaram uma operação para terceirizar sem concorrência pública a contratação de serviços na área de informática.

Os habeas corpus apresentados pelas defesas dos denunciados foram interpretados

pelo MP como estratégia para protelar o julgamento dos réus. Os desembargadores da turma criminal do TJDF concordaram com a sustentação dos promotores de Justiça e com a tese do juiz responsável pelo caso, Roberval Casemiro Belinati. Aceitaram ainda o argumento de que a liberação dos dados sigilosos poderia expor outras pessoas investigadas na Operação Aquarela. Além dos acusados de participar diretamente das fraudes no BRB, o Núcleo de Combate às Organizações Criminosas (NCOC) também analisa a movimentação

bancária de parentes e de pessoas próximas aos denunciados.

Supremo

Existe uma chance de que os réus tentem recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para insistir no pedido de acesso aos documentos do processo. Mas o promotor de Justiça Sérgio Bruno Fernandes, da equipe de investigação do Ministério Público, acredita que é pequena a possibilidade de vitória dos acusados para esse pleito. “A defesa se amparou em argumentos sem consistência”, avalia. Para o promotor, não

há sentido os réus pedirem para ter acesso a documentos e alegarem cerceamento de defesa em um processo que não foi construído com as provas reclamadas. “As escutas telefônicas, por exemplo, não foram usadas no corpo da denúncia em questão, mas serviram de base para as prisões temporárias”, explica.

No primeiro semestre do ano que vem, o Ministério Público vai lançar outras denúncias relacionadas à Operação Aquarela. A maioria das acusações que serão apresentadas à Justiça apontarão uma mesma rotina de irregularidades

praticadas entre 1999 e 2006. A receita da corrupção no período usava como base a contratação de uma fundação vinculada ao BRB, como a Associação Nacional de Bancos (Asbace). Por se tratar de instituição sem fins lucrativos, os contratos foram firmados sem licitação pública. Mas os serviços eram repassados a outras empresas, também sem concorrência, o que permitia o superfaturamento dos convênios. A estimativa é de que em oito anos ex-dirigentes do banco desviaram perto de R\$ 50 milhões de recursos da instituição financeira.